

A “NATUREZA FEMININA” NO IMAGINÁRIO SOCIAL

Beatriz Colabone Siqueira (PIBIC/CNPq/FA/Uem), Maria Lucia Boarini (Orientadora), e-mail: bcsiqueira@outlook.com.

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte/Maringá, PR.

Ciências Humanas – Psicologia

Palavras-chave: Mulher, Imprensa operária, Imprensa científica.

Resumo:

No início do século XX no Brasil, o discurso hegemônico representava a mulher enquanto “rainha do lar”. Entretanto, as mulheres da classe trabalhadora divergiam desse modelo diante da necessidade de trabalharem para garantir o orçamento familiar. Neste estudo temos como objetivo refletir sobre a concepção de mulher veiculada pela literatura, imprensa operária e científica no Brasil no início do século XX. Como fontes primárias e principais foram utilizados os *Arquivos Brasileiros de Hygiene Mental* (1925-1947), o jornal operário *A Plebe* (1917-1951), *O Quinze* (1930) de Rachel de Queiroz e *Parque Industrial* (1933) de Patrícia Galvão. Após análise rigorosa, à luz dos acontecimentos históricos daquele período, os resultados indicam que imperava de modo geral, um ideal de mulher pautado na existência de uma “natureza feminina”, que significa a aptidão natural da mulher para o cuidado com o lar e com os filhos. Entretanto, em algumas publicações da imprensa operária tem-se a imagem da mulher trabalhadora não correspondente com os ditames, validados pela imprensa científica, da moral burguesa da época.

Introdução

No início do século XX no Brasil, de acordo com Rago (1985), forjava-se um novo modelo normativo para as mulheres representado pela imagem da “rainha do lar”, isto é, a mulher casada que se dedica inteiramente ao marido, aos filhos e ao lar. Em contrapartida a essa representação, havia a crescente exigência pela presença da mulher no espaço público, por conta do processo de industrialização e urbanização das cidades. Este modelo normativo imposto a todas as mulheres perdia de vista que centenas delas compunham grande parte da mão-de-obra nas fábricas nesse período, impossibilitando-as de se enquadrarem nesse modelo. A contradição gerada por uma sociedade de classes reflete-se entre a necessidade de trabalhar em fábricas ou em outros ofícios para garantir o próprio sustento e os deveres domésticos. Nesse sentido, o objetivo deste estudo é refletir sobre a concepção de mulher veiculada pela literatura, imprensa operária e pela imprensa científica no Brasil no início do século XX.

Materiais e métodos

Trata-se de uma pesquisa documental que tomou como fontes primárias e principais o jornal operário intitulado *A Plebe* (1917-1951) para representar a imprensa operária, os *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, (1925-1947) para representar a imprensa científica e a literatura nacional representada pelas obras *O Quinze* de Rachel de Queiroz, publicado em 1930 e *Parque Industrial*, publicado em 1933, de Patrícia Galvão, conhecida também como Pagu.

Resultados e Discussão

Quanto aos resultados, analisados à luz dos fenômenos históricos da época, e sem a pretensão de exaurir as fontes consultadas e o assunto em pauta, destacam-se três itens, a saber: a maternidade, a mulher trabalhadora, emancipação e sexualidade feminina. Sobre a primeira categoria, é possível afirmar que no início do século XX existia uma exaltação da maternidade enquanto função primordial da mulher e como sua contribuição para o futuro da nação. Porto-Carrero (1930, p.164) afirma que “É preciso, principalmente, não perder de vista que a função sexual da mulher não está completa sem a maternidade”. A partir disso, é perceptível também a compreensão de que a maternidade é intrínseca a uma suposta “natureza feminina”. No romance de Rachel de Queiroz essa exaltação da maternidade também é presente nos momentos em que a personagem principal Conceição demonstra sua suposta “incompletude” em renunciar ao casamento e a maternidade, afirmando em um diálogo com sua avó que: “quando a gente renuncia a certas obrigações, casa, filhos, família, tem que se arranjar **outras coisas** com que se preocupe... **Se não a vida fica vazia demais...**” (QUEIROZ, 1971, p.118, grifo nosso).

Se por um lado havia uma exaltação da maternidade, por outro lado, existia a dificuldade das mulheres da classe trabalhadora exploradas cotidianamente no interior das fábricas ou em outros trabalhos, se dedicarem aos filhos e ao lar da forma que a imprensa científica colocava como “adequada”. Portanto, essas mães trabalhadoras viviam constantemente essa contradição, demonstrada em alguns momentos pelo jornal *A Plebe*.

Em relação à categoria “mulher trabalhadora”, pode-se afirmar que nesse período, de modo geral, havia por parte da imprensa científica, uma condenação do trabalho feminino extra familiar entendido como “não-natural” e apontado como responsável pelo abandono do lar e dos filhos, estigmatizando as trabalhadoras como péssimas mães. Em contrapartida, considerando que as mulheres da classe trabalhadora constituíam grande parte da mão-de-obra nas fábricas, o jornal *A Plebe* denunciava a exploração, o assédio e os baixos salários sofridos pela mulher, neste período. Como por exemplo, na edição de 18 de agosto de 1917, o jornal denuncia um homem que ocupava um cargo de chefia em uma determinada fábrica que assediava sexualmente as mulheres que lá trabalhavam

(VIOLÊNCIAS...1917). No romance *Parque Industrial*, Galvão (2006) retrata as manifestações das trabalhadoras contra a exploração a que são submetidas. As personagens Rosinha e Otávia são as mais conscientes dessa exploração e no decorrer da história se mostram dispostas a lutar contra a opressão de sua classe até as últimas consequências, demonstrando a possibilidade de uma resistência feminina.

Em relação à categoria, “emancipação e sexualidade feminina”, a imprensa científica em diversos momentos aborda a questão da sexualidade feminina colocando a mulher como um ser assexuado e aquela que desviasse desse modelo era lançada ao campo da “anormalidade”. Já a imprensa operária apresentava uma visão menos conservadora, defendendo até outras formas de relacionamento fora dos moldes do casamento monogâmico. Dando voz a algumas escritoras o jornal *A Plebe* apresentou, em alguns momentos, um posicionamento defendendo a igualdade entre homens e mulheres e a libertação da mulher da obrigatoriedade do casamento. É importante ressaltar, no entanto, que esse posicionamento transgressor não era unânime na imprensa operária, uma vez que, estes também apelavam para a ideia de “Natureza Feminina” ao considerar a trabalhadora como um ser “frágil” por natureza.

Conclusões

A título de conclusão, grosso modo, pode-se afirmar que o ideal apregoado pela imprensa científica era o da mulher “rainha do lar”, que vinha pautado em um modelo de família burguesa, na qual o homem traria o sustento da casa e a mulher se dedicaria totalmente ao lar. Esse ideal se baseia fortemente na existência de uma “Natureza Feminina”, isto é, uma substância que as mulheres naturalmente possuem e que as tornam frágeis, maternais e “programadas” para cuidarem dos filhos e do lar. Em alguns aspectos, o romance *O Quinze* de Rachel de Queiroz diverge desse posicionamento, quando retrata uma personagem feminina que abre mão do casamento e da maternidade. Entretanto, a incompletude da protagonista diante dessa decisão, alinha esse romance a um posicionamento semelhante ao da imprensa científica. Dirigindo o olhar para as publicações da imprensa operária e para o romance *Parque Industrial*, de Patrícia Galvão, é possível identificar que, a despeito dessa “Natureza Feminina”, as mulheres trabalhavam e lutavam contra a exploração que sofriam. Portanto, o posicionamento dessas duas fontes, principalmente da obra de Patrícia Galvão, demonstra maior diversidade de modelos femininos.

Agradecimentos

À Maria Lucia Boarini, por todos os ensinamentos.

Ao Programa de Iniciação Científica da UEM, PIBIC e ao CNPq, por viabilizar a realização desse estudo.

Referências

GALVÃO, P. **Parque industrial**. Rio de Janeiro: José Olympio. 2006. 122p.

PORTO-CARRERO, J. P. Sexo e cultura. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**. ano 3, n.1. 1930. p.120-133.

QUEIROZ, R. **O quinze**. 14º ed. Rio de Janeiro: José Olympio. 1971. 139p.

RAGO, L. M. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

VIOLENCIAS e torpezas: na fábrica de tecidos "Labor". **A Plebe**. n.10. 18/08/1917. p.2.